



NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS

Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios

(☐) Em atividade

(☐) Veterano

(☐) Pensionista

Desde:/...../.....

Desde:/...../.....

Desde:/...../.....

NOME: _____

NACIONALIDADE: _____ RE / Matrícula _____

ESTADO CIVIL: _____ Profissão _____ Patente: _____

NÚMERO DE RG: _____ CPF: _____

ENDEREÇO _____

_____ Complemento: _____ CIDADE _____

Estado _____ CEP: _____ FONES: (____) _____

E-mails: _____ (☐) AOMESP (☐) ACS

E o CONTRATADO **NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.077.866/0001-02, com registro na OAB/SP 9.604, sediada na Rua Tabatinguera, nº 140, 3º andar, conjuntos 312 a 318, CEP: 01020-901, fone/fax (11) 3101-2665 e 31010598, E-mail: contato@negriadvogados.com.br, na cidade de São Paulo/SP, firmarem o seguinte:

Cláusula Primeira – O CONTRATADO se obrigará a prestar seus serviços profissionais advocatícios ao contratante, para ajuizar a Ação Competente, com o fim de requerer:

(☐) O pagamento de valores atrasados, referentes aos quinquênios e sexta-parte pagos sem que a correta forma de cálculo tenha sido observada. *** para cada Ação ou Habilitação selecionada será necessária uma procuração e uma declaração, ambas assinadas.**

Cláusula Segunda – O CONTRATADO ajuizará as ações competentes e apresentará as defesas que se façam necessárias, desde que de posse da documentação imprescindível ao ajuizamento.

Cláusula Terceira – Os serviços ora ajustados tanto poderão ser realizados pelo CONTRATADO diretamente, como por advogado(s) substabelecidos para este fim.

Cláusula Quarta – Todas as despesas, efetuadas pelo CONTRATADO, ligadas direta ou indiretamente com o processo, incluindo fotocópias, emolumentos, viagens, custas e despesas judiciais, entre outros, ficarão a cargo da CONTRATANTE, que desde já autoriza o desconto para ressarcimento, desde que idoneamente comprovados estes gastos, até o final da prestação de serviço aqui pactuada, sem prejuízo dos honorários da “Cláusula Quinta”.

I - Para a adimplência do “caput” desta Cláusula, a CONTRATANTE, desde já autoriza, apenas para estes

fins e desde que comprovados os gastos, o ressarcimento por via do desconto em folha de pagamento a ser realizado pela Associação que o substituiu no Mandado de Segurança Coletivo, vindo originar o título executivo judicial, autoriza, na impossibilidade do desconto em folha de pagamento, que seja debitado diretamente em sua conta corrente, a qual a CONTRATANTE está obrigada a comprovar a aludida autorização realizada na instituição bancária de sua escolha e, por fim, autoriza, em caso de insubsistência ou qualquer outro motivo que impeça o sucesso das duas primeiras vias de desconto para que, tanto a Associação quanto o CONTRATADO, emitam boleto(s) bancário(s) registrado(s), sendo somado neste ato os encargos administrativos e a atualização monetária, se houverem.

Cláusula Quinta – Os honorários devidos são no importe de 20% (vinte por cento) do valor econômico, sem a dedução dos encargos fiscais e previdenciários, ou seja, do montante bruto.

Cláusula Sexta – A CONTRATANTE, desde já, autoriza, que até o final da prestação de serviço, permitindo ao CONTRATADO compensar ou descontar valores referentes aos gastos, custas e despesas processuais antecipadas pela Associação ou CONTRATADO para o fim de imprimir regular tramitação ao processo, como também os honorários advocatícios que eventualmente não tenham sido pagos, com fulcro no art. 35, § 2º, do CEDOAB.

Cláusula Sétima – Os honorários de sucumbência pertencem ao contratado. Caso haja morte ou incapacidade civil do mesmo, seus sucessores ou representante legal receberão os honorários na proporção do trabalho realizado.

Cláusula Oitava – Fica estabelecido que, iniciados os serviços especificados na cláusula primeira, são devidos os honorários contratados por completo neste instrumento, ainda que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, seja pelo acordo e/ou concessão administrativa. Se for cassado o mandato do CONTRATADO sem sua culpa, ou ainda, por acordo do CONTRATANTE com a parte contrária, sem a devida aquiescência do CONTRATADO, podendo este exigir os honorários estipulados nesta cláusula.

Cláusula Nona – Se por qualquer razão a CONTRATANTE deixar de ter o patrocínio do CONTRATADO, quando já em andamento os autos, não poderá se esquivar de qualquer obrigação firmada no presente contrato de prestação de serviço, enfim, seu declínio será sem prejuízo do CONTRATADO.

Cláusula Décima – Para facilitar o depósito do CONTRATADO, referente ao crédito apurado na execução em favor da CONTRATANTE, deverá esta última informar e manter atualizada uma conta bancária exclusivamente de sua titularidade:

Nome e número do Banco: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____

Cláusula Nona – As partes elegem, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste contrato, o foro da comarca de São Paulo-SP.

São Paulo – SP, _____ de _____ de _____.

Wellington Negri da Silva – OAB: 237.006

Sócio Administrador do Escritório

CONTRATANTE



NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA”

OUTORGANTE: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____ RE/Matrícula _____

NÚMERO DE RG: _____ NÚMERO DE CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CIDADE: _____, ESTADO: _____ CEP: _____

OUTORGADOS: Wellington Negri da Silva, brasileiro, advogado, casado, OAB/SP 237.006, Wellington de Lima Ishibashi, brasileiro, advogado, solteiro, OAB/SP 229.720, sócios do escritório **NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.077.866/0001-02, com registro na OAB/SP 9.604, com sede na Rua Tabatinguera, nº 140, 3º andar, Conjuntos, 312 a 318, Sé, na cidade de São Paulo -SP, CEP: 01020-901, Fone/fax (11) 3101 2665 e 3101 0589, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos quais conferem amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad-judicia”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por firme e valioso, **para ajuizar/impetrar a Ação competente contra a Fazenda Pública e ou qualquer autoridade que integre órgãos e autarquias do Poder Público, bem como em face do Diretor do Departamento de Despesa e Pessoal do Estado.**

OUTORGADOS: Keny Morita, brasileiro(a), solteiro(a), advogado inscrito na OAB/SP 258.952, Nelson Massaki Kobayashi Júnior, brasileiro(a), solteiro(a), advogado inscrito na OAB/SP n.º 332.705, Ana Paula Nii, brasileiro(a), solteiro(a), advogado(a) inscrito(a) na OAB/SP n.º 332.536, Ibson Júnior Cantarella Cherubim, brasileiro(a), solteiro(a), advogado(a) inscrito na OAB/SP n.º 353.897, Fernanda de Barros Villas Boas, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) na OAB/SP nº 191.418, Renan Braghin, brasileiro, solteiro(a), inscrito na OAB/SP 332.902 e Luis Gustavo Maranhão, brasileiro, casado(a), inscrito na OAB/SP 245.222, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos quais conferem os poderes acima, **COM EXCEÇÃO AO DE RECEBER E DAR QUITAÇÃO, BEM COMO DE FAZER LEVANTAMENTO DE NUMERÁRIOS**

SÃO PAULO - SP, _____ de _____ de _____.

ASSINAR



Assinatura



NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA”

OUTORGANTE: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____ RE/Matrícula _____

NÚMERO DE RG: _____ NÚMERO DE CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CIDADE: _____, ESTADO: _____ CEP: _____

OUTORGADOS: Wellington Negri da Silva, brasileiro, advogado, casado, OAB/SP 237.006, Wellington de Lima Ishibashi, brasileiro, advogado, solteiro, OAB/SP 229.720, sócios do escritório **NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.077.866/0001-02, com registro na OAB/SP 9.604, com sede na Rua Tabatinguera, nº 140, 3º andar, Conjuntos, 312 a 318, Sé, na cidade de São Paulo -SP, CEP: 01020-901, Fone/fax (11) 3101 2665 e 3101 0589, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos quais conferem amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad-judicia”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por firme e valioso, **para ajuizar/impetrar a Ação competente contra a Fazenda Pública e ou qualquer autoridade que integre órgãos e autarquias do Poder Público, bem como em face do Diretor do Departamento de Despesa e Pessoal do Estado.**

OUTORGADOS: Keny Morita, brasileiro(a), solteiro(a), advogado inscrito na OAB/SP 258.952, Nelson Massaki Kobayashi Júnior, brasileiro(a), solteiro(a), advogado inscrito na OAB/SP n.º 332.705, Ana Paula Nii, brasileiro(a), solteiro(a), advogado(a) inscrito(a) na OAB/SP n.º 332.536, Ibson Júnior Cantarella Cherubim, brasileiro(a), solteiro(a), advogado(a) inscrito na OAB/SP n.º 353.897, Fernanda de Barros Villas Boas, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) na OAB/SP nº 191.418, Renan Braghin, brasileiro, solteiro(a), inscrito na OAB/SP 332.902 e Luis Gustavo Maranhão, brasileiro, casado(a), inscrito na OAB/SP 245.222, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos quais conferem os poderes acima, **COM EXCEÇÃO AO DE RECEBER E DAR QUITAÇÃO, BEM COMO DE FAZER LEVANTAMENTO DE NUMERÁRIOS**

SÃO PAULO - SP, _____ de _____ de _____.

ASSINAR



Assinatura



NEGRI ADVOGADOS ASSOCIADOS

DECLARAÇÃO

NOME: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____ PROFISSÃO: _____

NÚMERO DE RG: _____ CPF: _____

AV./RUA: _____ Nº _____

COMPL: _____ BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

DECLARA para os devidos fins que, no momento está impossibilitado(a) de arcar com custas e despesas processuais, sem o prejuízo do sustento de sua família.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Possui empréstimo consignado na folha?() Não () Sim

É isento do IRPF?() Não () Sim

Usa limites de créditos bancários com pagamento de juros?() Não () Sim

Por ser verdade firma a presente, ciente das penas da legislação em vigor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante